

PRATICABILIDADE DO ENSINO BILÍNGUE NA ILHA DE BUBAQUE, GUINÉ-BISSAU: LÍNGUAS MTERNAS, SABERES LOCAIS E A EDUCAÇÃO¹

Flávio Rosário²

RESUMO

O presente texto tematiza a respeito da Educação Bilíngue (EB) na Guiné-Bissau. A pesquisa tem por finalidade estudar a prática do ensino bilíngue na Ilha de Bubaque e de conhecer os conceitos e os fundamentos da Educação Bilíngue, de modo a investigar como se dão as estratégias de ensino bilíngue desenvolvidas em uma escola bilíngue (Totokam) a partir Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue das Ilhas Bijagós (PAEBB). Pauta-se metodologicamente na técnica bibliográfica e na apresentação dos dados coletados, por meio de entrevista, que desenham as percepções dos/as estudantes e professores/as de referida escola. Os dados foram analisados e discutidos, a partir de categorias. Assim, este artigo está dividido em três seções, a saber: a) trazida uma reflexão teórica sobre história, educação, língua e cultura e suas relações; b) abordados os conceitos de educação bilíngue e multilíngue; c) a partir dos resultados e discussões apresentados, serão abordadas as práticas do ensino bilíngue no setor de Bubaque/Guiné-Bissau, seus limites e possibilidades, com uma análise detalhada das falas dos professores, dos/as alunos/as e do diretor da escola, participantes deste estudo. Conclui-se que a Educação Bilíngue no contexto pesquisado de algum modo ajuda o/a aluno/a a desenvolver a sua capacidade cognitiva e de outro a ter o conhecimento da própria cultura, seus costumes e valores, considerando os aspectos da sociedade da qual faz parte.

Palavras-chave: Apoio ao Ensino Bilíngue das Ilhas Bijagós (Projeto). Educação bilíngue - Bubaque (Guiné-Bissau). Escola Totokam - Estudos de caso.

RUSUMU

Prisenti textu tene suma panu di fundu Educason Bilingui (EB). Pa es, i tene finalidadi di studa pratica di n'sinu Bilingui na djiu di Bubaqui i di purkura sibi kuma ki s'ta na bai streteja di insinu bilingui ku dezvoltidu na skola bilingui Totokam a partir de Projetu di Apoiu di N'sinu Bilingui di Djius di Budjugus (PAEBB). No pauta pa metodologia na técnica di bibliografika i na apresentason di dadus ki desenha manera di pircibi di studentis i suma pursoris di ki skola. Dadus analisadu i diskutidu apartir di categoria. Assim, es artigu i divididu pa tris partis: a) tisi refleson teorika sobri storia, edukason, lingu i kultura i se relason; b) aborda conseitus di educason bilingui i di multilingui; c) apartir di resultadus i diskutison ku apresentadu, ina bai abordadu pratikas di n'sinu bilíngue na setor d Bubaqui/Guiné-Bissau, se limitis i posiblidadis, ku analisi detelhada na falas di pursoris i di alunus tambu ku diretor di skola djintis ki participa na es studu. Pa konklui edukason bilingui é d algum modu ita djuda alunus dezvolti se kapacidadi i tambu pa kungsi kultura ku se usus kustumis i valor pa e pirsibi aspectos di sociedade ku e fasi parti.

Palabras tchabi: Apoiu di N'sinu Bilingui di Djius di Budjugus (Projeto). Educason bilingui - Bubaki (Guiné-Bissau). Skola Totokam - Studus di kaso.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cássia Santos Barbosa.

² Bacharel em Humanidades e licenciando em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

1 INTRODUÇÃO

Formar pessoas reflexivas e críticas implica, logicamente, em comprometer os estudantes com tarefas que os obrigam a levar à prática capacidades superiores às meras lembranças e memorização. Uma prática educacional com esta filosofia pressupõe que as aprendizagens significativas ocorrem quando tentamos dar sentido a novas informações ou novos conceitos criando vínculos com os atuais conjuntos de teorias, conceitos, conhecimentos factuais e experiências prévias.

(SANTOMÉ, 1998)

A Guiné-Bissau foi o primeiro país colonizado por Portugal na África a se autoproclamar independente, em 24 de setembro de 1973, e a conseguir o reconhecimento de Portugal, um ano depois. A República da Guiné-Bissau é um país da África Ocidental que faz fronteira com a República de Senegal, ao norte, República de Guiné Conacri, ao sul, e com o Oceano Atlântico. O território guineense abrange 36.125 km² de superfície. O país divide-se em nove (9) regiões administrativas, incluindo o Sector Autónomo de Bissau, a capital e 38 sectores. É constituída por uma parte continental e outra insular, o Arquipélago dos Bijagós, com cerca de oitenta e oito (88) ilhas, das quais apenas vinte e uma (21) ilhas são habitadas.

Trata-se de um país multilíngue e multicultural. Vale ressaltar que a língua da comunicação é língua guineense (língua franca), ou seja, língua da unidade nacional, enquanto o português é a língua oficial e do ensino guineense. Há uma grande diversidade com mais de 20 grupos étnicos, sendo que cada um com a sua própria língua materna e matizes culturais (BENZINHO, ROSA 2015), como pode-se ver em citação abaixo.

Em guiné Bissau existe entre 27 e 40 grupos étnicos. As etnias com maior expressão na Guiné-Bissau, segundo os censos de 2009, são: a Fula (28,5%), que vive essencialmente no leste do país – Gabú e Bafatá, seguida da etnia Balanta (22,5% da população) que se encontra principalmente nas regiões sul (Catió) e norte (Oio), a Mandinga com 14,7%, no norte do país, a Papel com 9,1% e a Manjaca com 8,3%. Com expressão mais reduzida encontramos ainda as etnias Beafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagó (como o próprio nome indica vive no Arquipélago dos Bijagós e representa 2,15% da população total), Felupe com 1,7%, Mansoanca (1,4%) ou Balanta Mane com 1%. As etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de 1% da população guineense e 2,2% assume não pertencer a qualquer etnia. (BENZINHO; ROSA, 2015, p.16).

Entretanto a língua guineense surgiu no seio dessas etnias como a língua de comunicação entre o povo guineense, isto é, é a língua mais falada no território guineense e, é considerada a língua materna de maior número de pessoas, considerando as populações que vivem nesse país. Por outro lado, a língua portuguesa vem sendo considerada como a língua

oficial, apesar de que na Constituição da República guineense não conste como língua oficial. Embora a república da Guiné-Bissau seja um país independente há 48 anos, existe uma forte ligação com Portugal no que tange ao sistema educativo do país, isto é, os materiais didáticos usados nas maiorias das escolas guineenses foram produzidos com base na realidade europeia, sobretudo, as produções feitas em língua portuguesa. Por outro lado, o uso da língua guineense (língua franca) foi totalmente proibido na escola durante o regime colonial e, assim essa questão ainda prevalece até a data presente na maioria das escolas no país. Por isso, durante as aulas, quem não sabe falar português, principalmente na sala de aula, acaba sendo considerada “aluno (a) ruim”. Refletindo sobre esse contexto histórico, constata-se que a taxa de alfabetização do país é de cerca de 43,7%, além de apresentar um elevado abandono escolar devido a fatores que envolvem as esferas econômicas, sociais, culturais e linguísticas. (BENZINHO; ROSA, 2015)

Assim, o presente trabalho tem como tema a praticabilidade do ensino bilíngue em ilha de Bubaque, Guiné-Bissau: línguas maternas, saberes locais e as suas importâncias na educação escolar. O foco principal é de estudar a prática do ensino bilíngue na Ilha de Bubaque, que é conseguida especificamente pelo Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue das ilhas Bijagós (PAEBB), através de Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago de Bijagó (FASPEBI).

Atendendo esse cenário, este texto delimita-se com a seguinte problematização: Quais são as estratégias de ensino bilíngue desenvolvida a partir do Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue no Arquipélago de ilhas de Bijagós (PAEBB)? Para refletir sobre este questionamento, esse trabalho tem como objetivos investigar como se dão as estratégias de ensino bilíngue desenvolvidas em algumas escolas a partir do PAEBB, de modo a analisar como se dá a relação entre ensino bilíngue e valorização local do currículo em Bubaque no contexto da escola pesquisada. Por outro lado, buscou-se também analisar como se dá o ensino bilíngue no setor de Bubaque nas percepções de estudantes, professores e diretor, quanto à escola bilíngue como estratégia para o desenvolvimento em processo do ensino e aprendizagem. Por último, pretendeu-se identificar como se dá a valorização local da cultura e da língua guineense no ensino primário e secundário em Bubaque, em virtude do ensino bilíngue. Concernente ao desenvolvimento deste trabalho a investigação pautou-se metodologicamente na revisão bibliográfica sobre o tema e na apresentação de dados que esboçam as percepções dos estudantes, professores e diretor da escola bilíngue investigada. A finalidade deste trabalho é de pesquisar sobre a prática do Ensino Bilíngue na ilha de Bubaque, sobretudo, buscando também destrinchar sobre os materiais didáticos utilizados em

tal prática, tais como provérbios, adivinhas e contos tradicionais africanas na língua guineense e português.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), todas as pessoas têm o direito de receber o ensino na língua própria do território onde reside, fato que não está acontecendo em todo território da Guiné-Bissau. Por este motivo o propósito da pesquisa aqui descrita foi de procurar investigar a prática do ensino bilíngue em algumas experiências pioneiras desenvolvidas em Guiné-Bissau, em parceria com ministério da educação guineense.

O presente artigo está organizado em três seções. Na primeira seção, será trazida uma reflexão teórica sobre história, educação, língua e cultura e suas relações, enquanto na segunda, serão abordados os conceitos de educação bilíngue e multilíngue. E na terceira seção, a partir dos resultados e discussões apresentados, serão abordadas as práticas do ensino bilíngue no setor de Bubaque/Guiné-Bissau, seus limites e possibilidades, com uma análise detalhada das falas dos professores, dos/as alunos/as e do diretor da escola participantes deste estudo.

2 HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, LÍNGUA E CULTURA: QUAIS RELAÇÕES?

O sistema educativo em Guiné-Bissau baseia-se em três (3) períodos: Pré-colonial, Colonial e Pós-colonial, de acordo com Lopes (2010). Nesse propósito, vale acompanhar a reflexão feita por Lopes (2010, p. 112) quando afirma que “o sistema educativo é o resultado da evolução histórica que o construiu e do contexto sociocultural em que está implantado.”

De acordo com Lopes (apud OLIVEIRA, 1978, p. 19), “a educação escolar tem a sua gênese no período pré-colonial na Guiné-Bissau com ruptura social, histórica e cultural do povo guineense com o modelo tradicional africano que, resulta de transmissão de conhecimentos e de normas de comportamento na sociedade”. Isto é, a educação assentava numa configuração em que os anciãos eram vistos como detentores de conhecimentos, que aprimoram por transmitir os conhecimentos aos jovens.

Ocuni Cá (2000) afirma o seguinte:

A forma de educar baseava-se no exemplo do comportamento e do trabalho de cada aprendiz. Cada adulto era, de certa forma, um professor. A educação não se separava em campo e especialização de atividades humanas. Ninguém se educava apenas por um determinado período, aprendia-se com a vida e com os conhecimentos ao longo do tempo. (CÁ, 2000 p. 4).

Vale ressaltar que a educação no período pré-colonial era informal, na qual os mais moços aprendiam com os mais velhos sobre a tradição.

E “no período colonial o papel das escolas era de fazer a “desafricanização da mente” dos colonizados e a sua integração na cultura e civilização europeia”. (TAVARES, 2015, s. p). A escola, durante o período colonial, servia como meio de assimilação da cultura.

Após a independência da Guiné-Bissau, em 1973, “o país teve 93,7% de analfabetismo (...) devido à política educacional portuguesa na altura, isto é, proibição dos colonizadores de permitirem acesso à educação a grande parte de nativos”. (GUIMARÃES, 2011, p. 19). Nesse período denominado pós-colonial, o papel das escolas era fazer o caminho inverso, isto é, a escola deveria retratar a realidade do país a qual o indivíduo pertence, ocorrendo, desta forma, ao que Freire denomina como “conscientização” e Cabral denomina como “africanização dos espíritos” (FREIRE; CABRAL, apud ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 8). Nessa mesma senda, em presença dos novos contextos sociais que vigoram e levam à necessidade de se colocar na nossa reflexão que a educação é um direito humano e é um bem público consagrado em diferentes documentos.

Por outro lado, a adoção desse sistema educativo na Guiné exige também a aceitação do uso da língua guineense como a do ensino para que se torne meio da (re) africanização das mentes dos alunos, remetendo a língua portuguesa em segundo plano.

“A educação consiste em colocar as pessoas no caminho de valores que eles jamais sonharam”. (HIRST; PETERS, 1970, p. 33). Portanto, para se ter uma educação de qualidade é preciso que haja a implementação de um currículo que vise desenvolver práticas escolares que atendam à realidade dos alunos, o que Azanha (1991) chama dos correlatos (hábitos, resultados escolares, mentalidades, discursos, conflitos etc).

Nesse sentido, “para garantir uma educação de qualidade, as escolas deveriam fornecer aos alunos os conhecimentos e as habilidades que eles precisam para se desenvolverem pessoalmente e para ajudar a construir uma sociedade democrática, próspera e justa”. (ADAMS; ACEDO; POPA, 2012, p. 26). Por outro lado, observa-se que a manutenção da língua portuguesa como a única língua do ensino em Guiné cria obstáculos no aprendizado das crianças, constituindo-se enquanto uma violação dos direitos humanos. Por conseguinte, com a realidade educacional da Guiné-Bissau. Com isto, vê-se a necessidade de adoção de um sistema educativo afrocentrado que pautado pela (re) apropriação da cultura guineense.

Com isso, a língua, é meio de comunicação de uma comunidade e reflete na transmissão do ensinamento da cultura. E no que diz respeito a fala do Jean Dubois no seu Dicionário de Linguística, “No sentido mais corrente, língua é um instrumento de

comunicação, um sistema de signos específicos aos membros de uma comunidade.” (DUBOIS, 1983, p. 378). Entretanto, a proibição de uso da língua guineense no ensino é o que Mendes (2019) chama de violação dos direitos humanos, especificamente do seu povo. “Proibir uma pessoa falar, aprender, construir, sistematizar saberes e informações na língua que essa pessoa domina são uma nova forma de colonialismo e de violação de Direitos Humanos”. (MENDES, 2019, p.242).

Além disso, Freire (2018) salienta que, os métodos da opressão não podem servir à libertação do oprimido. Neste itinerário, acrescenta que, a educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. Isto é, “a prática da libertação só encontrará adequada expressão numa pedagogia sobre a qual o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.” (FREIRE, 2018 p. 30). Portanto, para ter uma boa educação é necessário que se valorize a cultura sobre o currículo escolar, para potencializar as relações sociais a partir do reconhecimento do próprio acervo cultural.

3 EDUCAÇÃO BILÍNGUES E MULTILÍNGUES

“Fidjus ka presisa di papé garandi, ma di pekaduris ki ta papia sé lingu kita fasi elis intindi diritu”.

[Os filhos não precisam de pais gigantes, mas de seres humanos que falam a sua linguagem e sejam capazes de penetrar-lhes o coração].

(CURY, 2003)

Cabe explicar que na visão popular, ser bilíngue é o mesmo que ser capaz de falar duas línguas perfeitamente. De acordo com dicionário Oxford uso concomitante de duas línguas por um falante, ou grupo, com igual fluência ou com a proeminência de uma delas. Para Harmers e Blanc (2000) bilinguismo é um fenômeno multidimensional e deve ser investigado como tal. Entretanto, é importante considerar seis dimensões ao definir bilinguismo: competência relativa; organização cognitiva; idade de aquisição; presença ou não de indivíduos falantes da L2 no ambiente em questão; status das duas línguas envolvidas e identidade cultural.

Pois, bilinguismo sem sobra e dúvidas é um fenômeno linguístico que artefato do princípio de que uma pessoa desembaraça a compreensão e a fala de duas línguas. No caso de

uma pessoa que nasceu em uma família que fala duas línguas e aprendeu essas línguas, por exemplo, poderíamos considerá-la como uma falante bilíngue, pelo domínio de duas línguas diferentes. Essa relação é comum nas famílias guineenses, isto é, na Guiné-Bissau pode se encontrar famílias que falam mais de duas línguas devido o casal pertencer a etnias diferentes, ou seja, a mãe, por exemplo, pode ser de etnia papel e o pai de etnia bijagó; dessa forma, os filhos, poderão falar essas duas línguas ao mesmo tempo. A Guiné-Bissau é, portanto, um país multilíngue, independentemente da língua portuguesa, tendo em conta as línguas étnicas que fortificam o país e incluindo a língua de unidade nacional.

Por outro lado, como se sabe, o país é membro de Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), e necessita de dialogar com outros povos que fazem parte dessa organização. Entretanto, o ensino da língua portuguesa na educação guineense deve ser ensinado como a segunda língua (L2), de modo que a língua guineense deve ser ensinada como a primeira língua (L1), porque é mais falada no território guineense ou é a língua de interação entre diferentes etnias que fazem parte da Guiné-Bissau, por isso, é considerada a língua da unidade nacional. O objetivo do ensino bilíngue, nesse caso, é beneficiar a aprendizagem simultânea de duas línguas, de modo que o/a aluno/a saiba se expressar e interagir com os outros e com o mundo usando duas línguas. Para isso, a visão do bilinguismo é multidimensional, vai além da sala de aula.

Assim é necessário a implementação da educação bilíngue em todas as escolas da Guiné-Bissau, considerando Guineense (L1), sobretudo, como a língua de base para compreensão da cultura local e Português (L2), levando em consideração a importância da língua portuguesa na interação com outros países que fazem parte da CPLP, uma vez, que o país é o membro dessa comunidade.

Pois, idealize se um/a aluno/a guineense que não sabe falar a língua portuguesa e esteja no meio de intercâmbio dos alunos da comunidade de CPLP. Como seria expressar, numa L2? Portanto, seria um momento de sofrimento, de não se conseguir expressar o que se sente. Então, é necessário o domínio de uma competência maior, portanto, a aquisição da L2 é de extrema importância, sobretudo em momentos em que se apoiar na língua mãe seria o mais eficiente.

Com isso, a partir de conceito de bilinguismo percebemos que o ensino bilíngue (EB) decorre no processo de alfabetização, ou seja, quando a pessoa é alfabetizada em duas línguas, por isso, as competências de uma pessoa bilíngue envolve o domínio de quatro habilidades linguísticas, no que diz respeito aos seus processos de letramento e alfabetização, por

exemplo: escrever, falar, ler e ouvir. O ensino bilíngue favorece, portanto, a aprendizagem simultânea de duas línguas.

A língua materna (língua nativa ou primeira língua) tem um papel muito importante em contextos de bilinguismo/multilinguismo. A língua materna está atrelada com a alfabetização emergente, porque, a criança aprende com a família, a tradição, a cultura e tudo que a rodeia, através dessa língua. Cisotto e Barbosa (2009) descrevem os elementos que compõem a alfabetização emergente.

A alfabetização emergente vem definida como o processo que antecede o domínio convencional da leitura e da escrita, abrangendo hipóteses, conhecimentos, comportamentos e habilidades referentes à língua escrita e que podem ser desenvolvidos por uma criança ainda não alfabetizada. (CISOTTO; BARBOSA, 2009, p. 246).

De acordo com as autoras acima citadas, essas situações são notáveis na Guiné-Bissau ou na África em geral, digo isso, porque, oralidade é uma questão de tradição africana. Como afirma Hampaté Bá (2010),

Tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 167)

No contexto da Guiné-Bissau, compete explicar a cogitação de que línguas frequentes na comunicação cotidiana servem como a forma de diálogo com os saberes locais, então, os conhecimentos são transmitidos de boca a ouvido, sobretudo durante o processo de educação familiar. Por isso, as línguas locais estão atreladas à cultura, estas podem, portanto, constituir o melhor caminho para alfabetizar e flexibilizar o processo de ensino e aprendizagem e, pode funcionar como elo entre a escola e a comunidade externa.

A Guiné-Bissau é composta por vários grupos étnicos e cada grupo possui a sua língua, porém considera-se a língua franca (língua guineense) como intermediária dessas etnias; entretanto, a nossa preocupação é institucionalizá-la no ensino guineense, ou seja, a língua do ensino, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade, uma vez que é mais falada no território guineense.

Vale explicar que, não estamos contra língua portuguesa no ensino Guineense, porém, ela, com certeza, é uma língua estrangeira. Neste sentido, vale a pena colocá-la como segunda

língua do ensino guineense e não como língua única obrigatória nas escolas, uma vez que, pode servir como a língua de comunicação internacional. E não podemos deixar de afirmar que ela tem grande importância em muitas áreas sociais do país, por exemplo, na comunicação oficial do Estado. Entretanto, é preciso considerar que a adoção da educação bilíngue nas escolas da Guiné-Bissau poderá brotar uma drástica mudança no que diz respeito à concepção e ao desempenho escolar, que pode colaborar para o desenvolvimento de práticas de letramento que valorizem as línguas maternas, considerando que a língua materna é a língua através da qual a criança exprime palavras iniciais durante o seu percurso de letramento.

Nesta senda Mendes (2018) afirma que:

O conhecimento científico que a escola transmite está ligado à necessidade de construção de uma visão local do aluno. Ele é transmitido e adquirido por meio da língua, permitindo o desenvolvimento de técnicas e habilidades no raciocínio, uma vez que a língua de cunho cultural do aluno fornece-lhe bases para a leitura e a interpretação do mundo. (MENDES, 2018, p.105)

Enfim, língua materna é aquela da instrução de família, ou seja, a língua aprendida em casa, por isso, é imprescindível para aprendizagem posterior, sobretudo no que diz respeito ao ensino bilíngue, tanto para compreensão do meio ambiente, uma vez que estabelece a base do pensamento e do desenvolvimento cognitivo.

4 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. De acordo com Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p. 26) trata-se de “[...] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa”.

O objetivo classificou-se como exploratório, uma vez que “proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. (GIL, 2002, p. 41)”. Esse tipo de pesquisa geralmente envolve: “a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (GIL, 2002, p. 41)”. Nesse sentido, o presente estudo assume tal formato, trazendo pesquisas bibliográficas sobre o tema proposto e um estudo de caso, que tem cunho

etnográfico, visando investigar como se dão as estratégias de ensino bilíngue desenvolvidas em algumas escolas a partir do PAEBB, de modo a analisar como se dá a relação entre ensino Bilíngue e valorização local do currículo escolar em Bubaque no contexto da escola pesquisada. Por outro lado, buscou-se também analisar como se dá o Ensino Bilíngue no setor de Bubaque nas percepções de estudantes, professores e diretor, quanto à escola bilíngue como estratégia para o desenvolvimento em processo do ensino e aprendizagem. Por último, pretendeu-se identificar como se dá a valorização local da cultura e da língua guineense no ensino primário e secundário em Bubaque, em virtude do ensino bilíngue proposto pela FASPEBI/PAEBB.

A partir da análise de uma experiência já desenvolvida e dos dados oriundos de aplicação da entrevista-semiestruturada aos participantes envolvidos, buscou-se apresentar a percepção dos estudantes, professores/as e diretor a respeito do funcionamento de ensino bilíngue na ilha de Bubaque, tendo como foco especial os saberes locais. As entrevistas foram realizadas individualmente para sete (7) informantes, dos quais: um (1) diretor, que é ao mesmo tempo professor, três (3) alunas, um (1) aluno, um (1) professor e uma (1) professora, sendo que as/os alunos/as entrevistados/as pertencem a classes diferentes, isto é, duas alunas eram do 4º ano de escolaridade, uma com 11 anos e outra com 12 anos de idade. E dois alunos do 9º ano escolar, um aluno com 16 anos e outra com 16 anos. As entrevistas aconteceram através dos meios digitais, em conversas ao vivo via “google meet”, tendo o áudio gravado pelo celular. Vale ressaltar que elaboramos doze (12) perguntas, quatro (4) perguntas para alunos/as, quatro (4) para professores e três (3) para diretor. As entrevistas decorreram na língua guineense. Antes da realização da entrevista, todas/os professoras/es assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e por outro lado, os alunos assinaram sob consentimentos dos pais encarregados. E esses professores e alunos entrevistados ainda estão frequentando essa escola (Totokam), sobretudo ano letivo de 2021/2022.

A análise dos dados coletados nas entrevistas se deu a partir da observação das seguintes categorias: a prática do ensino bilíngue na ilha de Bubaque; os saberes locais; e língua materna no processo de aprendizagem. Além disso, buscou-se desenvolver a análise de alguns materiais ou documentos que caracterizam essa experiência. Essa investigação documental aconteceu através de alguns livros didáticos, dos quais: *FICHAS DE ALFABETIZAÇÃO EM GUINEENSE* (1º ciclo do EBE) - Revisão do material elaborado pelos

Centros Experimentais de Educação e Formação (CEEf:1984-94)³; *MANUAL DI APIKULTURA* (título do livro: Baguera no Rikeza)⁴. Esses livros foram obtidos em pdf.

5 PRÁTICAS DO ENSINO BILÍNGUE NO SETOR DE BUBAQUE/GUINÉ-BISSAU: LIMITES E POSSIBILIDADES

*“Utru ora
Nta misti pega Tras di sol
Ma nka ta bai Pabia tras di sol Nka kunsidu”*
[Às vezes/ quero ir/ atrás do sol/ mas não vou/ porque no caminho do
sol/ não sou conhecido.]

(SCHWARZ, 1972)

Buscando entender a experiência da educação bilíngue no setor de Bubaque, através de Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue no Arquipélago dos Bijagós (PAEBB) sustentado pela Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago de Bijagós (FASPEBI), procuraremos trazer a fala dos/as alunos /as e professores que vivenciam a experiência da educação bilíngue no processo de ensino e aprendizagem na ilha de Bubaque.

Mas antes, gostaríamos de trazer a história e surgimento do ensino Bilíngue na Guiné-Bissau que teve o seu começo pelo Centro de Experimentação de Educação e Formação (CEEf).

O projeto de Centro de Experimentação de Educação e Formação (CEEf) “teve início no ano letivo de 1986-87, sobretudo, nas seguintes regiões: Cacheu, Tombali e Bolama-Bijagós. A duração foi de oito anos, isto é, dois ciclos de escola primária (1986- 1990 e 1990-1994)”. (SCANTAMBURLO, 2013, p.153).

Vale salientar que CEEf não tinha condição para dar continuidade do ensino bilíngue, devido às dificuldades financeiras, sobretudo falta de materiais didáticos. Segundo o Scantamburlo (2013, p.153) “o projeto teve falta do apoio do Ministério da Educação Nacional, por isso ficou estacionado”.

Com a paralisação do CEEf no ano letivo de 1993/1994 o governo não tomou engajamento para dar a continuidade do ensino Bilíngue. No entanto, após quatro anos, surgiu

³ Desenhos de Fredi Schafroth (2001) Revisão feita por Lino Bicari na base das orientações linguísticas (Crioulo-Guineense) de Luigi Scantamburlo.

⁴ Autores: Távira Gomes Muscate; Jamil Monteiro.

a Organização não Governamental FASPEBI e outras organizações estrangeiras para dar a continuidade do projeto “Centro de Experimentação de Educação e Formação”.

Em 1998 a organização não governamental portuguesa CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) acoplou-se à entidade guineense FASPEBI (Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago de Bijagós) e organizaram uma Mesa Redonda na ilha de Bubaque, que contou com participação de 60 pessoas, entre as quais a Senhora Ministra da Educação Nacional, Dr.^a Odete Semedo da Costa e o Diretor do Ensino Básico, Dr. Carlos Cardoso. Reuniram-se na Vila de Bubaque para refletir sobre quatro temas principais. Nesse encontro saíram algumas sugestões relevantes, predispostas a melhorar a uso de língua vernácula guineense como língua de ensino, dentre as quais: “a) ligação entre a escola e a comunidade envolvente; b) relação entre a Língua Guineense e o Português; c) interação entre o ensino básico e os projetos de desenvolvimento; d) formação dos professores.” (SCANTAMBURLO, 2005, p. 69).

A propósito da discussão da prática do ensino bilíngue em Bubaque é bem ilustrativo e didático observar o que diz respeito às informações acerca do Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue no Arquipélago dos Bijagós (PAEBB). Vale salientar, que este é um projeto de ensino bilíngue com o objetivo de experimentar a implementação de um currículo do ensino primário adaptado à diversidade cultural, a formação de professores, a utilização da língua crioula guineense como língua de ensino e área curricular, e o ensino do português, língua oficial, com uma metodologia de língua estrangeira (é uma língua de outra nacionalidade que os nativos não usam dia a dia, ou seja, uma língua que não corresponde com a realidade local dum país).

O ensino bilíngue foi implementado no sentido de valorizar a língua guineense, como sendo língua da cultura guineense, isto é, para facilitar aprendizagem na educação escolar. Por um lado, reconhece-se que é uma situação atípica, sobretudo, nas escolas da Guiné-Bissau, portanto, essa experiência deve ser tomada como referência para estabelecer os preceitos e os conceitos da práxis em todo território nacional. Por outro, aproveita-se essa experiência para pensar sobre os limites e as possibilidades do Ensino Bilíngue em todas as escolas do país, a partir do ministério da educação guineense, considerando a vivência de escolas do ensino bilíngue na ilha de Bubaque/ região de Bulama Bijagó.

Sendo assim, a organização não governamental PAEBB pela FASPEBI iniciou no ano letivo de 2000/2001, o projeto bilíngue que veio dar a continuação do CEEF que tinha adotado língua guineense como língua de ensino. Para caminhar ou executar o programa em campo, o projeto providenciou os materiais didáticos, sobretudo, manuais de alfabetização em

língua guineense, dicionário bilíngue e gramática em língua guineense, e os professores foram preparados com o curso específico concernente à didática e a algumas regras do ensino bilíngue. Com isso, o projeto iniciou com 5 escolas e 200 alunos no setor de Bubaque. Ainda o PAEBB elaborou os programas conforme os níveis escolares, isto é, seis níveis dos anos do Ensino Básico Unificado para o funcionamento das aulas em diferentes fases, tais como:

- a) PRIMEIRA FASE (1^a-2^a Classes): começar com a oralidade em língua Guineense, e depois passar à alfabetização em língua Guineense e à oralidade em Português. Ao mesmo tempo são lecionadas as outras disciplinas do ensino oficial, como a Caligrafia, a Matemática, as Ciências Integradas (Ciências Sociais, Ciências Naturais), Expressões (Desenho, Canções, Jogos), a Educação Física e os Trabalhos Manuais.
- b) SEGUNDA FASE (3^a-4^a Classes): quando os alunos são capazes de ler e de escrever em Língua Guineense iniciam progressivamente a aprendizagem da leitura e da escrita em língua portuguesa. É uma fase em que o professor e os manuais didáticos devem prestar muita atenção às semelhanças e às diferenças entre as duas línguas de ensino para permitir aos alunos perceberem os dois códigos linguísticos (SCANTAMBURLO L., 2005: 71).
- c) TERCEIRA FASE (5^a-6^a Classes) Com o novo estatuto do EBU foi possível abrir a 5^a e 6^a classe também nas aldeias, permitindo assim aos alunos uma formação mais integrada na cultura e no meio ambiente da comunidade. O ensino básico complementar (5^a-6^a classes) foi incluído no antigo ensino básico (1^a-4^a classes): Com a nova estrutura, cada turma experimental da 3^a fase foi enquadrada por três professores, incluindo o da Educação Física, o que contribuiu significativamente na redução do número de docentes (INDE, 2003, p. 7).

Nesse sentido, os/as alunos/as recebem um ensinamento conforme essas fases do ensino básico, principalmente as componentes curriculares na língua guineense e portuguesa.

O PAEBB optou pelo modelo do ensino bilíngue por meio de utilização das duas línguas: Língua Guineense (L1) e o Português (L2) para ajudar os alunos a ter competência completa na L1 e a adquirir certa competência na L2, que é a língua oficial do país.

Com base nas informações sobre a experiência do ensino bilíngue na ilha de Bubaque, segue abaixo a imagem da escola pesquisada em Bubaque. Vale lembrar que esta escola é privada, porém funciona em regime de autogestão. E administrada pela FASPEBI e, com a parceria do PAEBB.

Figura 1 - Escola TOTOKAN, em Bubaque



Fonte: Baldé (2018).

Com o objetivo de investigar sobre a prática do ensino bilíngue na Ilha de Bubaque apresentaremos agora os dados coletados com os professores e alunos que participaram dessa experiência.

5.1 DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS COM ALUNOS DA ESCOLA BILÍNGUE.

Em relação aos alunos entrevistados/as que participaram da proposta de ensino bilíngue, estes deram os seus depoimentos sobre os conteúdos e o entendimento das aulas. De modo unânime, declaram que os conteúdos dados pelos/as professores/as em língua guineense facilitavam rapidamente a compreensão dos conteúdos curriculares. Um deles relata que: *“sin lei na lingu guineensi n'ta n'tindi rapidu, pabia i língua kin n'lanta n'ta papia tudu dia. Tambi n'ka priciza di lei dus ou más bias pa n'tindi materia.”* [eu percebo rápido quando leio em língua guineense, porque é a língua na qual falo desde a minha infância todos dias].

Outra aluna deu o seu depoimento com relação a questão levantada e disse: - *“Ami n'ka tené difikuldadi na aprendi na língua guineensi, pabia i língua kin studa disna di n'sinu basiku até na nona tambi i língua kum ta papia na kasa ku nha papes, ku nha ermons i ku nha vizinhos”*. [Eu não tenho dificuldade em apreender na língua guineense porque é a língua que estudei desde ensino básico até o nono ano, também é a língua que eu falo com os meus pais, meus irmãos e meus vizinhos].

No que diz respeito à questão levantada e com base nas respostas dos participantes tudo indica que os/as alunos/as têm uma compreensão na língua materna em alto nível, o que leva a inferir que a língua materna tem grande importância no processo de ensino e aprendizagem porque facilita na compreensão dos conteúdos dados pelos/as professores/as.

O propósito deste questionamento não é de minimizar o ensino da língua portuguesa no sistema educativo guineense, porém, de debater a implementação das línguas locais no currículo de ensino básico, visto que, de certa forma, elas podem ajudar no processo de alfabetização e letramento. Nesse sentido, comungamos a ideia com os/as nossos/as entrevistados/as (estudantes), sobre a língua do ensino na Guiné-Bissau e percebemos que ambas podem ser línguas do ensino: *“i bom tudu dus sedu língua di n’sinu, asim panó pudi komprendi purtuguis tambi”* [é importante as duas línguas serem consideradas de ensino, assim poderemos compreender a língua portuguesa].

Convém ressaltar que o país tem várias línguas autóctones e essas são faladas em diferentes regiões. Há crianças que não entendem a língua franca guineense, sobretudo, as crianças que estão vivendo no interior o país, isto é, eles/as falam a língua da sua etnia. Às vezes os professores formados ou contratados pelo Ministério da Educação guineense não entendem a língua materna dessas crianças, razão pela qual, eles vão usar a língua portuguesa para ensinar essas crianças que não entendem a língua franca guineense e nem tão pouco a língua portuguesa. A nossa preocupação é como são alfabetizadas essas crianças? Com tal questão trouxemos a fala de Odete Semedo expressada em forma de poema para nos ajudar a entender melhor: “Em que língua escrever?”

Em que língua escrever
As histórias que ouvi contar?
Das passadas e cantigas?

Na kal lingu ke n na skribi
Storias ke n contado?
Di no passadas ku no kantigas?

(Odete Semedo, 1996)

No concernente ao poema acima referido, sobretudo, o título do poema “em que língua escrever” a autora simplesmente quer mostrar a relevância da língua materna (língua guineense) no ensino escolar, principalmente, na questão de oralidade. Como se sabe com a língua materna a pessoa expressa com toda convicção o seu sentimento.

A nossa intenção aqui é de adesão da língua guineense no sistema de ensino, porque é a língua mais falada no país, sobretudo nos órgãos de comunicação social, nas músicas, nos mercados, na Assembleia Nacional Popular (ANP) e nas instituições públicas, nos campos de futebol e noutros lugares. Não significa que é a língua materna de toda população guineense. Como sabe, o país é multilíngue, nessa senda tem lugares que a língua guineense é menos expressa devida a questão de conservação cultural, isto é, nas zonas rurais o uso de outras línguas é mais frequente do que da língua franca (língua guineense); essa prática é comum. Essas línguas étnicas são línguas maternas de grande parte das pessoas que habitam nas

diferentes zonas rurais do país. Por isso, pretendemos chamar a atenção do Ministério da Educação ou do Estado guineense para que tome o engajamento concernente ao uso da língua do ensino nas zonas rurais, uma vez que as crianças não entendem a língua lusa (língua atual do ensino). Por outro lado, gostaríamos de propor que sejam pensados mecanismos para facilitar a compreensão do conteúdo escolar, justamente, nessas zonas. Primeiro, é de dever do Estado criar políticas educativas e condições nas quais essas crianças venham a ter uma boa aprendizagem escolar, sobretudo através do envio dos professores que falam os idiomas dessas crianças e da elaboração de materiais didáticos que vão em conformidade com a realidade das mesmas.

Durante a entrevista procuramos também entender o nível de compreensão da língua portuguesa no processo de ensino e aprendizagem destes alunos. Sobre isso, uma aluna contou: “*Na bardadi, ita dipindi di textu, má mesmu asim n’ta lei dus bias pam kunsu ntindi kontiudu*” [na verdade, depende de texto, mas às vezes costumo ler duas vezes para entender o conteúdo do texto]. De acordo com Scantamburlo (2013, p. 276) “[...] no nosso Projeto de Ensino Bilíngue a Língua guineense não tem dificultado o ensino-aprendizagem da língua portuguesa”. Ainda o autor comenta:

nas nossas escolas há a preocupação de conservar a ligação com Portugal e com os outros países da lusofonia, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a identidade cultural dos Guineenses. É muito importante lembrar, neste momento de mudanças e, às vezes, de incertezas causadas pela crise da economia e da identidade das sociedades africanas tradicionais, que o Língua Guineense tem ligações muito estreitas com a língua e a cultura portuguesas, que lhe tem fornecido a maior parte do léxico, derivado do seu mundo cultural de referência e do conhecimento do mundo. (SCANTAMBURLO, 2013, p. 276).

A propósito deste aspecto, percebemos a necessidade de implementação do ensino bilíngue em Guineense-Português a fim de desenvolver a capacidade cognitiva e metalinguística dos/as alunos/as no processo de aprendizagem das duas línguas. A apropriação da língua portuguesa, por outro lado, pode servir como meio de comunicação e interação com outro povo, uma vez, que o país faz parte dos países que falam essa língua.

É notório que a língua materna facilita no ensino e aprendizagem como visto no relato acima. O aluno aprende com rapidez usando a língua materna. Sobre isso, para Scantamburlo (2013, p.170)

É claro que a L1 é a língua da identidade do aluno, que ele usa para comunicar com os outros, para expressar os sentidos, as emoções, os sons, os odores, para nomear coisas do mundo exterior e para estruturar conceitos. A L2, ao contrário, é uma língua que se desenvolveu com outra cultura, mas que tem a possibilidade de abrir

aos alunos o acesso ao estudo de disciplinas específicas, cujos textos são escritos em Português. Por meio da L2 o aluno é habilitado a conhecer um mundo mais amplo, o mundo da internacionalidade, da cultura global, dos jornais, da rádio e da Internet.

Esses alunos entrevistados afirmaram que compreendem os conteúdos muito bem, sobretudo na língua guineense. Além disso, durante as aulas da língua guineense sempre costumam estar à vontade de expressar os seus sentimentos sobre as aulas. Eles afirmaram que se sentem contemplados com aulas dadas na língua guineense, quando confrontados com a questão sobre língua do Ensino na Guiné-Bissau: *pa mi si es dus língua sedu di ensino ita sedu bom, pabia língua guineensi ta djudanu na komprendi língua portuguis. Tambi através di língua portuguis no pudi papia ku utru povus di utru pais*. [por mim essas duas línguas podem ser consideradas do ensino, porque língua guineense nos ajuda a compreender língua portuguesa. Também através de língua portuguesa podemos nos comunicar com outros povos, sobretudo dos outros países].

Em seguida, procuramos saber acerca da relação que o projeto tem com a comunidade local e especificar os procedimentos construtivos do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem. Isto é, o bloco de conteúdo cultural que liga a escola e a comunidade como sabe-se, que é um dos objetivos do projeto PAEBB no que diz respeito ao ensino e aprendizagem dos saberes locais.

Nesta senda, prosseguimos com a entrevista com os/as alunos/as da referida escola bilíngue e uma aluna nos relatou sobre o ensinamento dos provérbios na língua guineense, e disse: *“Nó tene gramatika na lingu guineensi, no tene um livro só di ditus alen di manga di leituras ki nota fasi na lingu guineensi. Eta n’ sinanu kuma ku nó pudi komporta ku mais garandis, mininus i suma ku nó kolegas. “Tambi chamada di atenson, tudu és na ditus, pur zemplu: Pó ka ta bida lagartu, Lua ka ta kema” i ku utrus proverbius.”* [Temos gramática na língua guineense, temos um livro específico só de provérbios na língua guineense. E nos ensinam como se comportar com os mais velhos, com os mais novos e com os nossos colegas. Também nos ensinam, através dos provérbios a chamada de atenção, sobretudo numa determinada situação de perigo, por exemplo: “A lua não queima”, “tronco de árvore não vira crocodilo” e outros provérbios].

- *“Lua ka ta kema”*. [A lua não queima].

- *“Pó ka ta bida lagartu”*. [Tronco de árvore não vira crocodilo]

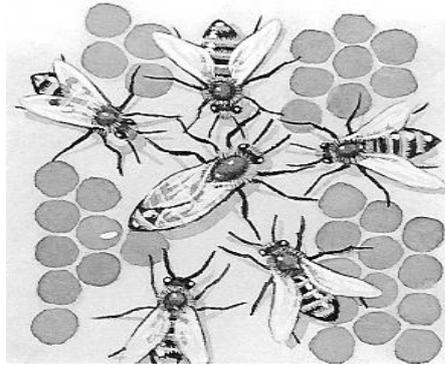
Esses dois provérbios elucidados por uma de nossas entrevistadas são trechos de algumas músicas de José Carlos Schwarz. Por outro lado, *Kama ku bu ka dita nel, bu ka sibi si ten dabi* [cama em que você não deita, você não sabe se tem percevejo], é também um dos

provérbios que são utilizados por mais velhos para chamar atenção aos mais moços. Observou-se, portanto que os provérbios são usados como a forma de ensinar os alunos nesse projeto de bilíngue na ilha de Bubaque.

De outro lado, apresenta-se uma capa do livro do ensino primário na área de apicultura no qual relata sobre a importância da abelha na natureza, sobretudo no processo de produção de mel. Vale ressaltar que esse livro trouxe os ensinamentos no que diz respeito à relação da abelha com o meio ambiente.

Figura 2 - Livro de apicultura

**PRUJETU AEBB- BUBAKI
FASPEBI – U. E. – CIDAC.
MANUAL DI APIKULTURA**



BUBAKI, DIZEMBRU 2003

O livro acima ilustrado tem o título “*Baguera no rikeza*” e foi feito no âmbito do funcionamento do Projeto Apoio ao Ensino Básico no Arquipélago dos Bijagós (PAEBB/FASPEBI) pelo grupo de formadores dos professores do referido Projeto, que salientam o seguinte:

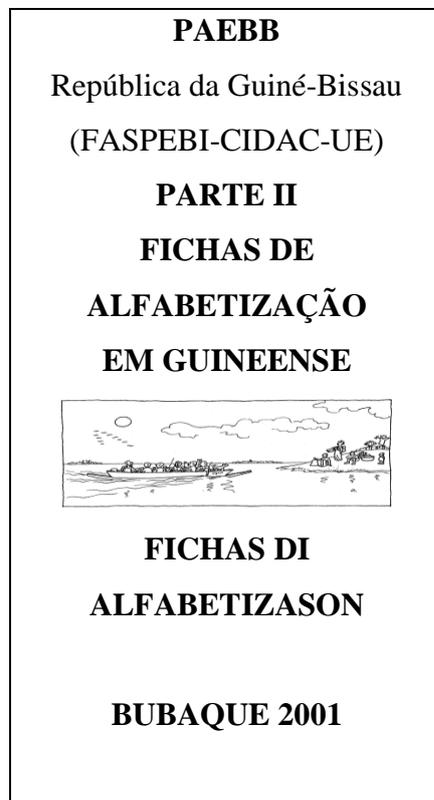
A extração do mel e de outros produtos provenientes deste, poderá ser uma atividade privilegiada para o homem do campo.

É nesta linha de pensamento que achámos que a presença deste livrinho irá ajudar a conhecer a importância das abelhas, a melhor maneira de se lidar com elas e a encontrar um modo de agir de forma inteligente na exploração de produtos desses preciosos insetos muito importantes e valiosos pelas necessidades vitais do homem. (PAEBB/FASPEBI, 2003)

Encontramos também materiais sobre outros temas como adivinhas, o folclore, a história popular, ou seja, contos tradicionais e a vida cotidiana na comunidade como uns dos materiais didáticos. Lembrando que o PAEBB tem essas questões como um dos seus

objetivos para poder aproximar a escola da comunidade em que está inserida e também de procurar que o ensino tenha uma aplicação prática e positiva na vida futura dos alunos. E nós entendemos que com esses objetivos vão permitir aos alunos conhecer as suas culturas, ter a responsabilidade de praticá-las de forma apropriada para vivê-la e participar da sua comunidade. Isso também é uma forma de permitir que as pessoas respeitem a cultura dos outros. Porque, se a pessoa não conhece a sua cultura será difícil de saber respeitar a dos outros. Em seguida, apresentamos a capa do livro e o sumário de um dos livros didáticos do PAEBB. Lembrando, que esse livro é de 2ª classe.

Figura 3 - Capa de livro de 2ª classe



A. Ficha di risku ku linha; **B.** Ficha di vogal; **C.** Ficha di konsoanti b, d, p;

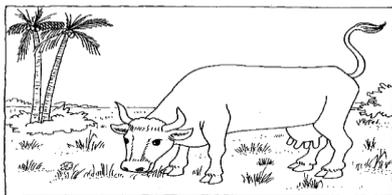
1. Baka na kume padja ... **B**; **2.** Fatu na kume foli ... **F**; **3.** Kobra na dobra kurpu ... **K** ; **4.** Gatu tene bigodi ... **G**, (GU); **5.** Mame na mamanta mininu ... **M**; **6.** Ratu na dana ridia ... **R** ; **7.** Zezinhu na serka santcu ... **Z**,(S); **8.** N' tene vinti ovu ... **V**; **9.** No n'uri muntudu ... **N**, **N'**; **10.** Labraduris ta pera tcuba ... **L**, **LH**; **11.** Nha tabanka i bunitu ... **T**; **12.** Sangui darmadu na iagu ... **S**, (GU); **13.** Nha galinha pirdi ...**NH**; **14.** Djon na tira djigan... **DJ,J**; **15.** Katcur na serka santcu... **TC**, **X**; **16.** Alunus na bai skola ;**17.** Nha ermon i alfaiati;**18.** Egas na kumpu

karu; **19.** Dibinhas; **20.** Oringa i kondutor di karu; **21.** No bandera; **22.** Tabanka di Lino; **23.** Ferias garandi kaba; **24.** Onat i ka un bon alunu; **25.** Tcutcu i kambantadur di kanua; **26.** Ilda bai brinka; **27.** Na dia di carnaval; **28.** Tataruga ku Lebri; **29.** Antigu ku Negadu; **30.** Na tempu di tcuba; **31.** Limpesa di kasa.

Trouxemos esse sumário do livro de 2ª classe acima citado para resumir a nossa investigação, sobretudo nos livros didáticos que observamos durante a nossa pesquisa e em consideração a nossa experiência como estudante guineense percebêssemos que as escolas guineenses não têm cumprido satisfatoriamente o seu papel na adequação do currículo do ensino às necessidades reais da comunidade. É óbvio que os temas como estes acima referidos possam pactuar com o currículo escolar na Guiné-Bissau em geral. Por outro lado, a educação guineense deve pautar por essa via do ensino bilíngue, de modo que permita ao estudante conhecer a sua realidade, sobretudo a sua cultura.

Os/as nossos/as entrevistados/as relatam as marcas deste material nos seus processos de aprendizagem durante a experiência de ensino bilíngue. Duas delas relatam sobre pontos do sumário citado acima e ilustrado abaixo: disseram que gostam muito e ficam impressionadas com o tema: “*Baka na kume padja*”. Uma delas relata que gostava de ouvir dibinhas (devinhas) contadas pelos/as professores/as e a outra disse que gostava de ouvir o conto de Tartaruga e Lebre, como pode-se ver nas ilustrações abaixo:

Figura 4 - BAKA NA KUME PADJA



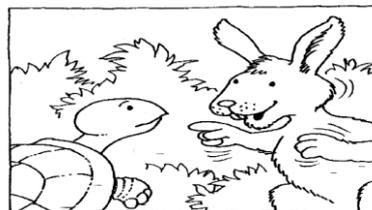
Fonte: FASPEBI (2001).

Figura 5 - DIBINHA



Fonte: FASPEBI (2001).

Figura 6 - TATARUGA KU LEBRI



Fonte: FASPEBI (2001).

Com esses relatos procuramos saber como eram desenvolvidos os ensinamentos sobre temas dos assuntos ilustrados acima “*Baka na kume padja*”, “*Dibinha*” e “*Tatariga ku Lebre*”. Uma aluna nos contou que “*apreendíamos com imagens e com as palavras ditas nos textos e o tema de “Baka na kume Padja”. Lembro que o professor fazia exercícios no qual desorganizava a frase para nós organizá-la, por exemplo: Padja kume na Baka. Por outro lado, nós escrevíamos essa frase várias vezes no caderno para que possamos entender e saber escrever na língua guineense. Portanto, achei isso muito legal.*”

Outra aluna nos relatou sobre “*Dibinha*”: “*Eu gosto muito de dibinha, ouvia dos meus avós, sempre nos contava em casa, sobretudo à noite. E a partir do momento que entrei nessa escola me sinto contemplada com os conteúdos dados pelos/as professores/as. Eu era uma das pessoas que mais acertava as “devinhas” lançadas pelo professor na turma, porque a maioria eu já tinha conhecido através dos meus avós. Portanto, eu ficava feliz durante as aulas*”.

Por último, uma aluna nos falou sobre a sua impressão e disse “*eu ouvia histórias (contos) em casa; na nossa casa cada um procurava um conto pra contar, na verdade eu era pequena, mas os mais velhos contavam contos para nós, sobretudo das personagens animais: Lobo, Lebre, Tartaruga e outros. E durante esses contos nós aprendíamos sobre a vida. E a partir do momento que começava a deparar com esses contos, respondia às perguntas do professor no que diz respeito a algumas partes do conto. Vale a pena esses ensinamentos, porque nos ajuda compreender a lição moral do conto e não só*”.

A partir dessas reflexões percebemos que a escola deve ter ligação com a própria comunidade, visto que se estabelecem os requisitos básicos que a escola deve construir, por exemplo, os direitos sociais e culturais da escola com a comunidade na qual ela faz parte, fixada a partir de um clima harmonioso e respeitoso no ambiente escolar. Neste caso, a língua guineense e as línguas étnicas que são faladas nas comunidades estão atreladas aos saberes locais e não devem ser ignoradas pela escola. Esses saberes podem e devem ser incluídos no currículo escolar. A língua local pode ser o elo de transmissão de conhecimentos sobre esses saberes locais através dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas escolas.

Ainda durante a nossa entrevista com os/as alunos/as fomos questionados por uma aluna sobre o nosso entendimento a respeito da língua do ensino guineense. A nossa entrevistada disse - Entre a língua guineense e a língua portuguesa, qual você prefere como língua de ensino? Ainda disse – quero aprender com vocês também e quero ouvi-los, sobretudo, as suas opiniões sobre essa questão.

Na verdade, essa questão é uma das questões que fizemos a ela. Entretanto, respondemos: na nossa humilde opinião as duas línguas são importantes ou são benéficas para o nosso ensino, porém a língua guineense deve ser valorizada, isto é, deve ser colocada como L1 e língua portuguesa deve funcionar como L2. Sendo assim, nossas crianças vão ser capazes de compreender muito rápido o conteúdo dado pelos/as professores/as. E por outro lado, entendemos que a língua guineense não é valorizada pelos guineenses, sendo assim ela é considerada como nome de casa duma pessoa, isto é, na Guiné-Bissau quase todo mundo tem dois nomes, por exemplo, “*nome de casa e nome oficial*”, esse nome de casa é mais vulgar, porém não é respeitado como o nome oficial. Quando a pessoa vai representar algo num lugar importante ela identifica-se com esse nome oficial, sobretudo, na escola, nas instituições e outros lugares considerados importantes. Então, é desse jeito que os guineenses usam mais a língua guineense, todavia não dão tanto valor como dão à língua portuguesa, visto que quando uma pessoa fala língua portuguesa sempre é vista como uma pessoa “inteligente”. A língua guineense é considerada como o “nome de casa” pela maioria dos guineenses, por isso, não é dado o seu devido valor.

De um lado, por que a língua guineense é chamada de crioulo? É porque os guineenses foram incutidos esse nome na cabeça. E por que não é chamada de língua guineense? De certa forma, entendermos que o povo Guineense não é povo “crioulo”, entretanto não tem motivo de chamar a sua língua nacional de crioulo.

“Crioulo”, em sua acepção original, é o descendente de europeus, nascido na América hispânica ou nas Índias Ocidentais (região do Caribe) e também o descendente dos colonizadores franceses, em certas regiões do sul dos Estados Unidos (Louisiana, Nova Orleans); designa também o negro ou descendente de negros nascido nas Américas, distinto do negro africano. Etimologicamente, a palavra vem do latim, *creare* - português crioulo, francês *créole*, espanhol *criollo*: “negro criado - na casa do senhor”.(HANDERSON, 2010,P.40)

Como afirma Handerson, “crioulo” em seu significado original, é o descendente de europeus, nascido na América hispânica ou nas Índias Ocidentais (região do Caribe). Com isso, os guineenses não são descendentes dos europeus.

Por outro lado, alguns teóricos consideram que o conceito de criouldade é sinônimo de mestiçagem. Pois, a língua guineense tem algumas semelhanças com a língua portuguesa, sim. Porém a língua portuguesa tem algumas semelhanças com outras línguas, caso da língua francesa, espanhola e outras. Embora existam semelhanças entre uma língua e outra, os portugueses, falam língua portuguesa; os franceses falam língua francesa, os espanholes falam língua espanhola etc. E por que os guineenses não falam língua guineense? E vão nos dizer

etimologicamente, que a palavra crioula vem do latim, crear (negro criado na casa do senhor). Quem é o senhor? Pelo que eu saiba o senhor é Deus (nosso criador) e se eles consideram senhor a pessoa “branca”, então se foi isso. O negro vai deixar de ser negro só porque é criado na casa do branco?

Essa foi a nossa resposta e comentário para a nossa entrevistada. É notório que esse pensamento colonizador precisa ser pensado e discutido na academia, sobretudo as outras línguas étnicas que não são vistas como línguas, mas sim como dialeto. E percebemos que estereotipam a língua guineense e a chamam de crioulo como se fosse um país do povo “crioulo”. Sendo assim, percebemos que a língua é a identidade de um povo. Portanto, a Guiné-Bissau não fala língua crioula e sim língua guineense.

5.2 A DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DA ESCOLA BILÍNGUE

Com base na entrevista que fizemos com o diretor (e ao mesmo tempo professor) da escola Totokam (unimo-nos) ele explica que *“o projeto contém cerca de 30 professores e 432 alunos que são ensinados em língua guineense e portuguesa. A escola recebe cesta básica pelo PAM (Programa Alimentar Mundial) a fim de instigar a presença dos alunos e aderirem às aulas, sobretudo para aqueles que não têm condições econômicas.”*

Logo depois, procuramos saber do nível dos professores que atuam nesse Projeto de Apoio do Ensino Bilíngue na ilha de Bubaque. O diretor da escola nos informou que nem todos os professores têm formação na área de educação e nem cursaram a faculdade, porém têm Ensino Médio. Esses foram instruídos pelo grupo de formadores dos professores pelo meio do PAEBB. Lembrando que a formação dos professores é um dos objetivos do Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue nos Arquipélagos dos Bijagós. Ressaltando que essa formação de professores no PAEBB é baseada na instrução sobre conteúdos elaborados na língua guineense e na língua portuguesa para que estes possam dar aulas da melhor maneira. Em cada componente curricular há um “livro do professor” para orientação.

Por outro lado, a escola também dispõe de professores formados que atuam no PAEBB, sobretudo, aqueles/as que frequentaram diferentes escolas de formação dos professores no país. Como pode-se ver na citação abaixo,

A formação dos professores faz-se em diferentes níveis de acordo com o nível de ensino a que se destinam os professores. Os professores são formados nas duas Escolas Normais do país, a saber, a 17 de Fevereiro e a Amílcar Cabral que se

tornaram, em 2010/2011, Pólos de formação sob a direção da Escola Superior de Educação Tchico Té (ESETT). Aqueles que concluíram pelo menos o 9º ano (fim do Ensino Secundário Geral), concorrem e recebem uma formação de três anos : os dois primeiros anos são teóricos, e o terceiro consiste num estágio pedagógico prático. Os professores do secundário são formados tradicionalmente no ENSTT (Escola Normal Superior Tchico Té), que em 2010/2011 se tornou ESETT (Escola Superior de Educação Tchico Té), sob concurso depois de concluído o 11º ano. O curso desenrola-se desde 2004/05 em quatro anos: o primeiro ano é um ano de preparação, ou seja de atualização, e é seguido de dois anos de curso teórico e de um ano de estágio prático. Desde 2004/05 também a Universidade privada Colinas de Boé ministra uma formação para professores do secundário que foi aprovada pelo Estado e que se assemelha à do ESETT : o primeiro grupo de formandos saiu em 2007/08 e integrou o corpo docente do secundário no início do ano letivo 2008/09. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 54)

Desta forma, a formação docente é fruto de paradigma da socialização profissional que exigia muitas regras de ensino e aprendizagem e, que caracteriza o dia a dia, a vida em sala de aula e a construção dos conhecimentos, valores, habilidades, atitudes, normas, etc., tudo isso, em processo de formação do “homem novo”.

De outra forma, os professores do PAEBB criam uma rede, ou seja, a comissão de estudos para poder atender às expectativas da comunidade local, e além disto, realizar a formulação de objetivos e metodologias, sobretudo de conteúdos culturais em duas línguas.

Entretanto, para alfabetizar ou ensinar na língua guineense os professores precisavam ter cadernos didáticos para orientação nas aulas das duas línguas estudadas, portanto o projeto elaborou os conteúdos para todas as disciplinas em duas línguas diferentes, conforme regras estabelecidas por cada fase de escolaridade. De acordo com um professor, “*As matérias dadas nas escolas são diferenciadas por cada língua, isso é para não atropelar alunos no momento de aprendizagem, sobretudo caso houvesse a confusão nas pronúncias das algumas palavras, o professor terá que explicar o conceito delas. Outra coisa, caso os alunos sintam dificuldades na compreensão de alguns conteúdos, sobretudo se aulas fossem na L2 (língua portuguesa) o professor é obrigado usar L1 para melhor compreensão*”. Nesta mesma senda procuramos entender a importância e o prestígio dessas duas línguas no Ensino Bilíngue no PAEBB: “para nós as L1 e L2 gozam da mesma importância, cada uma no seu lugar, com as dificuldades próprias de ensino-aprendizagem e com algumas regras didáticas” (SCANTAMBURLO, 2013, .168).

Sobre tal aspecto Ovando Carlos e alii (apud SCANTAMBURLO, 2013, p. 169) acrescentam que “os estudantes que aprenderam a ler e a escrever na L1, fazem progressos mais rápidos na leitura da L2 dos que não sabem ler e escrever na L1. Isso verifica-se também quando as duas línguas não utilizam o mesmo sistema gráfico.”

Durante a nossa entrevista conversamos com uma aluna cujo pai é de etnia Balanta e a mãe é de etnia Fula. E ela consegue falar muito bem a língua fula e língua guineense. Aluna: *“n’aprendi papia fula ku nha mame tambi língua guineense ku elis tudu na kasa, ma Balanta n’ta n’tindi n’bokadu. Ora kina papia um des língua n’kata mistural, si kryol i el son, tambi si fula i el son. Tambi na eskola, pursoris ta n’sinanu matérias na língua guineensi i tambi na língua portuguis, kada aulas tene si língua ki nota aprendi, si noka intidi matéria na purtuguis pursor ta esplica na língua guineensi”* [aprendi a falar língua fula com a minha mãe e também língua guineense com minha mãe e meu pai em casa, mas a língua Balanta percebo um pouco. Quando falo uma dessas línguas não me faz a confusão com a outra e falo uma de cada com a pessoa que compreende uma dessas línguas. Também na escola os professores nos ensinam matérias na língua guineense e também na língua portuguesa, sobretudo cada aula ou disciplina tem a sua língua de aprendizagem e, se não entendermos a matéria da língua portuguesa professor sempre nos ensina na língua guineense].

No que diz respeito à produção dos livros didáticos o diretor da escola salienta que todos os livros didáticos são elaborados pelos próprios professores e a coordenação pedagógica da própria escola. Por exemplo, são utilizados gêneros textuais como contos, adivinhas e outros. Os professores narram os acontecimentos do dia a dia e a coordenação valoriza essas histórias e dão o último acabamento.

Uma professora entrevistada relatou que esse livro é feito através de ações e práticas da comunidade local, porque todo assunto nele abordado expressa a realidade do dia a dia: *“E através desse projeto nós conseguimos transmitir o conhecimento científico por meio da língua local. E durante as aulas da língua guineense verificamos a participação com mais frequência dos/as alunos/as na sala de aulas e cada um expressa livremente e com toda convicção. Enquanto que nas aulas de disciplinas com uso da língua portuguesa eles/as participam menos, isso demonstra que alunos/as não se sentem representados/as com a própria língua, porque eles/as tinham receio de falar e a dificuldade de argumentar nela. Portanto, alguns preferem ficar calados”*.

Vale lembrar que o PAEBB de início contava com poucos professores e a maioria era de professores contratados, não formados, mas que tinham concluído o Ensino Médio. Entretanto, a falta de professores qualificados fez com que o PAEBB, no ano letivo de 2005-2006, fosse buscar alguns professores de Bissau com Diploma de Magistério, os quais foram integrados no Projeto de ensino bilíngue e foram colocados nas três (3) ilhas: Canhabaque, Orangozinho e Bubaque. Vale salientar que nesse período através de vinda desses professores o projeto pela primeira vez abriu a turma de 5ª classe de ensino bilíngue nas ilhas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale salientar que o principal motivo para realização desta pesquisa surgiu através de aula de componente Alfabetização e Letramento na instituição federal, UNILAB, onde frequente, como discente efetivo, o curso de licenciatura em pedagogia. Dessa maneira, como futuro professor preciso me preparar para exercer com grande êxito os obstáculos relacionados à práxis educativa a fim de adquirir uma compreensão sobre a língua materna e saberes locais na educação escolar.

Por isso, fomos investigar o processo de funcionamento de prática educativa sobre o ensino Bilíngue na ilha de Bubaque. O que vimos durante a pesquisa é de extrema relevância. Com os dados obtidos percebemos que no projeto bilíngue do PAEBB optou como a estratégia o ensino bilíngue por meio da utilização da Língua Guineense (L1) e o Português (L2) para ajudar os alunos a desenvolver competência completa na L1 e a adquirir certa competência na L2, que é a língua oficial do país. Como pode-se entender no PAEBB, a língua portuguesa (L2) precisa ser aprendida como uma língua estrangeira. Enquanto a língua guineense (L1) deve ser aprendida de uma forma natural e contextualizada.

Observou-se também que há uma grande proximidade da escola com a comunidade local. O projeto fez questão de adaptar a diversidade cultural e valorizar a língua guineense como sendo língua da cultura guineense, isto é, para facilitar aprendizagem na educação escolar e estimar-se criticamente a realidade dos estudantes e dos/as professores/as para atender tal propósito. Isso foi visto através dos materiais elaborados e utilizados para o ensino bilíngue.

Ficamos muito encantados com respostas dos professores no que diz respeito a questões de elaboração de materiais didáticos e das práticas educativas que são implementadas nessa escola, apesar de que não ter sido possível observar todos os materiais didáticos. Relacionando os resultados obtidos nesse estudo observa-se que a escola não se desvinculou da sua comunidade, interna e externa, o que nos faz compreender que todos participam do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), embora esta questão não tenha sido abordada diretamente na pesquisa. E ficamos emocionados com a aprendizagem desses alunos entrevistados e a forma de como responderam as nossas perguntas.

E, também, não se pode esquecer que o momento em questão é uma situação que precisa ser enfrentada o mais rápido possível. Digo isso, porque tem toda necessidade de desintoxicar a mente das pessoas que ainda não pautam por essa via de educação na Guiné-Bissau. Por outro lado, isso nos confirma também a necessidade de olhar com particular

interesse, sobretudo de sair pelas ruas juntamente com movimento social a reivindicar sobre o propósito da implementação do ensino bilíngue na Guiné-Bissau, com isso pode haver mudança na educação.

A implementação do ensino bilíngue na ilha de Bubaque, a partir do estudo de caso dessa experiência, nos trouxe à luz alguns desafios que precisam ser principais motivos para mudança na educação guineense. Tanto do ponto de vista da práxis docente, como da formação do estudante. Porque, os saberes locais, a cultura e a própria língua materna são elementos fundamentais do processo educativo.

Sendo a Guiné-Bissau um país multicultural e multilíngue deve considerar o ensino bilíngue como caminho a ser pensado, sobretudo através da elaboração de materiais didáticos ligados à realidade dos estudantes, além da formação dos professores. Nessa perspectiva, propõe-se que se leve em consideração a cultura como meio de ensino, ou seja, seria bom criar uma disciplina da cultura nacional e nessa disciplina devem ser administradas as aulas em língua guineense.

E se não fosse por questão de obrigatoriedade eu escreveria este trabalho em língua guineense, porque devemos reconhecer e valorizar a nossa língua e a nossa identidade. Esse trabalho trata do meu país, o que reforçaria a necessidade em escrevê-lo em língua nacional guineense para fazer a mensagem chegar ao mais alto nível, assim o meu povo vai compreender o motivo da minha proposta.

Referências

ACEDO, Clementina, ADAMS, Don; POPA, Simona (orgs). Tension sin education reforms. **Rotterdam**: Sense publishers, 2012. Disponível em:

http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/Quality_CAIE2012.pdf: Acessado, 02/07/2022

AZANHA, J. M. P. Cultura Escolar brasileira: um programa de pesquisas. **Revista USP** (08) dezembro, janeiro, fevereiro 1991. p. 65-69. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52136/56181>: Acessado, 02/07/2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BÁ, A.Hampaté. “A TRADIÇÃO VIVA” capítulo 8 da História Geral Da África -1: **Metodologia e pré-história da África**. editado por Joseph Ki-Zerbo. 2 ed.rev.- Brasília : UNESCO, p. 166-167, 2010.

BALDE, Vanita. **A viabilidade da inserção do ensino de língua kryol nas escolas públicas e privadas da Guiné-Bissau**. São Francisco do Conde, 2018.

BENZINHO, J. ; ROSA, M. **Guia Turístico: À Descoberta da Guiné-Bissau**. Gráfica Ediliber: Coimbra.2015.

CISOTTO, L; BARBOSA, A. R.C.S. Alfabetização Emergente e Desenvolvimento de Competências na Educação Infantil. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.18,nº31,p. 245-25, jan/jun, 2009.

CURY, A. **Pais Brilhantes, professores Fascinantes**. Copyright, Rio de Janeiro, 2003.

Crioulas", in **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/crioulas> [consultado em 24-07-2022].

CÁ, L. O. (2000) - “**A Educação durante a Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)**”. Campinas (SP, Brasil), Revista online da Biblioteca Prof. Joel Martins, Vol. 2, Nº 1: 1-19

DUBOIS, J. **Dictionnaire et syntaxe. Lexique 2**, Presses Universitaires de Lille,1983.

FREIRE, P. GUIMARÃES, S. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé E Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. ; MACEDO, D. **Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução de: OLIVEIRA, L. L.de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANDERSON, J. **vodu no haiti – candomblé no brasil: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo afro-latino-americano**. Pelotas, 2010.

HARMERS, J e BLANC, M. **Bilinguality and Bilingualism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HIRST. P.H. ; PETERS. R.S. **A Lógica da Educação: ciências da educação**, Rio de Janeiro:ZAHAR, 1972

SEMEDO, O. **Em que língua escrever**, 1996 disponível em: <http://www.museuposmodernodeeducacao.blogspot.com/2011/02/homenagem-em-que-lingua-escrever-na-kal.html> /acessado em 12 de j. de 2022

KAUARK F.S; MANHÃES F.C; MEDEIROS C. H. **Metodologia da Pesquisa**. Uma Guia Prático, Itabuna/Bahia,2010.

LOPES, A. C. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?** UERJ/Faculdade de Educação; Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, L. da S. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau**. Universidade de Aveiro, Departamento da Educação, 2014

MEGALE, Antonieta Heyden. **Bilingüismo e educação bilíngüe** – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 3, n. 5, agosto de 2005-

MENDES, E. **Experiências de Ensino Bilíngue em Bubaque , Guiné-Bissau**: línguas e saberes locais na educação escolar. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, RS, 2018.

MENDES, L. V. **(Des) caminhos do sistema de ensino guineense**: avanços e recuos e perspectivas. Curitiba: CRV, 2019.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Guiné-Bissau**: Relatório da Situação do Sistema Educativo Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza, Pólo de Dakar UNESCO-BREDA. Dakar, 2013.

Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia (2000). **Declaração de Política Educação**. Bissau: Novagráfica, 2000.

OXFORD. Dicionário

<https://www.google.com/search?q=o+que+%C3%A9+bilinguismo&oq=o+que+%C3%A9+bilinguismo+&aqs=chrome..69i57j0i512l3j0i22i30l4j0i15i22i30l2.6180j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>, acessado em 15/05/2022.

ROMÃO, J. ; GADOTTI, M. **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das mentes. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SCANTAMBURLO, L. **O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português**: o Ensino Bilíngue Português-Crioulo Guineense. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2013.

TAVANI, G. (1975). **Problemas da expressão linguístico-literária nos países africanos de independência recente**. Estudos italianos em Portugal, n. 38/39. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Catalog/ShowRecord.aspx?MFN=41109>>. Acesso em: 06 Janeiro. 2020

TAVARES, F.J.P. **Os limiares críticos da educação na “África Lusófona”**. 2015.

UNESCO. **Declaração Universal de Direitos Linguísticos**. Barcelona: Unesco, 1996.